

Servidores municipais podem perder aposentadoria integral

Mudança é uma das propostas da prefeitura para reduzir déficit

NELSON LIMA NETO E ELENILCE BOTTARI
granderio@oglobo.com.br

O presidente do Instituto de Previdência e Assistência do Município (Previ-Rio), Luiz Alfredo Salomão, defendeu ontem o fim da aposentadoria integral para os servidores. Hoje, os funcionários municipais se aposentam levando para casa o mesmo salário da ativa. Segundo Salomão, a legislação atual determina que o benefício seja uma média dos vencimentos recebidos — 80% dos maiores valores. A intenção da nova administração do Previ-Rio é de aplicar reformas e medidas que, juntas, consigam reduzir o déficit existente em R\$ 400 milhões.

— Queremos aplicar a lei que é fazer uma média dos 80% maiores vencimentos recebidos pelo servidor. Do jeito que está posto hoje, não está de acordo com a lei — explicou Salomão.

ROMBO PREVISTO DE R\$ 3 BI ESTE ANO

O presidente do Previ-Rio apresentou ontem as medidas estudadas pela prefeitura para reduzir o rombo da previdência de cerca de R\$ 3 bilhões para este ano. O fundo é responsável por pagar aposentadorias, pensões e auxílios aos servidores do município. Uma das saídas é taxar em 11% os benefícios de aposentados e pensionistas que ganham acima do teto do INSS (R\$ 5.531,31). Além disso, a prefeitura pretende reavaliar contratos de aluguéis de imóveis do Previ-Rio e cortar despesas.

— A prefeitura tem um grande centro comercial próximo à sede (na Cidade Nova). O aluguel pago lá é de R\$ 200 mil. Você já viu a área do imóvel? Vamos reconhecer que não está certo. É preciso uma revisão — disse Salomão.

Segundo ele, sem as reformas necessárias, existe um risco de o Funprevi (fun-

do responsável por capitalizar recursos para pagar aos inativos) sofrer o mesmo colapso enfrentado hoje pelo estado:

— Você sabe qual é o destino do Previ-Rio? É se tornar um Rioprevidência (do estado). Um fundo que não consegue pagar aposentadoria e pensão de ninguém. Os inativos do estado estão até agora sem salário — afirmou Salomão.

A respeito da taxa de 11% — que pode afetar 8.729 aposentados e 1.662 pensionistas —, o presidente afirmou que não há prazo para a medida entrar em vigor:

— Nós queremos cumprir a lei. O que

está na Constituição. O prefeito Marcelo Crivella concorda com a minha recomendação de que é necessária essa taxa. Estamos estudando a forma como isso será feito. Se por meio de decreto ou se por um projeto de lei. A previsão é de aumentar a arrecadação em cerca de R\$ 70 milhões — disse Salomão.

AUDIÊNCIA PARA DISCUTIR O SISTEMA

A Frente Parlamentar de Defesa da Previdência do Município, formada por 28 vereadores, marcou para o próximo dia 22, audiência pública para debater a situação do Previ-Rio. O vereador Paulo Pinheiro, presidente da comissão, explicou que há muitos pontos que precisam ser esclarecidos antes de a conta ser repassada para os aposentados:

— Entre os imóveis que foram transferidos pela administração passada para o Previ-Rio está o prédio onde funcionou a Empresa Olímpica, ao lado da sede da prefeitura. A Câmara estava negociando a compra do imóvel e chegou a pagar, creio, R\$ 29 milhões. Acontece que o prédio, avaliado em R\$ 360 milhões, foi vendido pela metade do preço ao Consulado Americano. Precisamos saber o que aconteceu e que fim levaram os recursos já pagos pela Câmara — indagou Paulo Pinheiro.

Já o Sindicato dos Servidores Públicos do Município do Rio de Janeiro (Sisep-Rio) anunciou que estuda entrar com uma ação contra o prefeito.

— Estudaremos a possibilidade de interpor o prefeito, para que este esclareça se ele cometeu estelionato eleitoral. Não é razoável colocar em sua plataforma de governo que não vai taxar os aposentados e pensionistas, manter a posição ao assumir a prefeitura em seu primeiro dia de governo e mudar de opinião no terceiro mês — disse o diretor do sindicato, Frederico Sanches. ●

Opinião

VEM TARDE

QUANDO PARECIA estender o retiro no carnaval para além da Quarta-Feira de Cinzas, o prefeito Marcelo Crivella deu um passo na direção certa.

DEFENDER A contribuição de inativos ao Previ-Rio, sistema previdenciário do funcionalismo municipal, é atitude correta diante da crise em que está toda a seguridade brasileira, devido a razões estruturais conhecidas: envelhecimento da população, aumento da expectativa de vida e um fator conjuntural, a recessão. Esta passará e o desequilíbrio continuará.

O RIO, inclusive, chega tarde, porque os inativos do INSS já contribuem há tempos.